

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Fortal Indústria e Comércio S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fortal Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fortal Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Descontinuidade das operações

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 2 às demonstrações contábeis, que descreve que, em abril de 2024, a Administração decidiu paralisar por tempo indeterminado as atividades da Companhia, tendo deliberado, em 2025, pelo encerramento total de suas operações e pela venda de seus ativos. Conforme divulgado, a operação foi totalmente descontinuada, os ativos foram reclassificados como mantidos para venda e os resultados apresentados como provenientes de operações descontinuadas, nos termos do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Adicionalmente, as demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a inexistência de continuidade operacional, com base no processo de liquidação dos ativos e extinção dos passivos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. O saldo de partes relacionadas registrado no passivo não circulante é de R\$ 302.607 em 31 de dezembro de 2025, o que denota uma possível dependência econômico-financeira de sua controladora. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação da base contábil utilizada pela Administração para a elaboração das demonstrações contábeis, considerando que estas foram preparadas na base de descontinuidade operacional, conforme descrito nas Notas nº 1 e 2 às demonstrações contábeis.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8



André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300564/O-7

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024 (reapresentado)		Nota explicativa	2025	2024 (reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10	361	Empréstimos e financiamentos	10	-	2.181
Contas a receber de clientes	4	91	609	Fornecedores	11	462	73
Estoques	5	2.513	10.557	Obrigações trabalhistas	12	11.192	3.785
Tributos a recuperar	6	86	717	Obrigações tributárias	13	3.858	5.885
Outros créditos	7	586	858	Outras contas a pagar	14	2.234	946
Despesas antecipadas		215	194			17.746	12.870
		3.501	13.296				
				Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda			
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	251.613	251.526		9	56.798	55.888
		251.613	251.526			56.798	55.888
				Não circulante			
Não circulante				Partes relacionadas	15	302.607	282.889
Depósitos judiciais	16	387	221	Provisão para demandas judiciais e administrativas	16	895	208
Tributos a recuperar	6	-	6.269	Obrigações tributárias	13	3.714	8.273
		387	6.490	Outras contas a pagar	14	5.745	5.341
						312.961	296.711
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	225.855	225.855
				Reserva de capital	17.2	48.670	48.670
				Prejuízos acumulados		(406.529)	(368.682)
						(132.004)	(94.157)
				Total do passivo e patrimônio líquido			
Total do ativo		255.501	271.312			255.501	271.312

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024 (reapresentado)
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas	19	(37.847)	(123.014)
		(37.847)	(123.014)
(=) Prejuízo do exercício		(37.847)	(123.014)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo das operações descontinuadas	(37.847)	(123.014)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	(37.847)	(123.014)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	225.855	48.670	(245.668)	28.857
Prejuízo das operações descontinuadas	-	-	(123.014)	(123.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	225.855	48.670	(368.682)	(94.157)
Prejuízo das operações descontinuadas	-	-	(37.847)	(37.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	225.855	48.670	(406.529)	(132.004)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(37.847)	(119.790)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-	67.072
Juros e variações monetárias líquidas s/operações c/partes relacionadas e restritas	6.018	1.659
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	5.438	6.969
Provisão para demandas judiciais e administrativas	687	94
Provisão para perdas de estoque	(2.007)	6.182
Provisão para perdas de impostos a recuperar	6.623	-
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	518	5.990
Estoques	10.051	6.237
Tributos a recuperar	277	(207)
Outros créditos	272	3.382
Despesas antecipadas	(21)	30
Depositos judiciais	(166)	(128)
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	389	(1.380)
Obrigações trabalhistas e tributárias	821	(2.378)
Outras contas a pagar	1.288	(2.535)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(7.659)	(28.803)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras		
Resgastes de aplicações financeiras		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(86)	(2.045)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(86)	(2.045)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.524)	(32.342)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	815	11.361
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(6.709)	(20.981)
Das atividades de financiamentos com acionistas		
Valores concedidos ou pagos	(154)	(154)
Valores captados ou recebidos	14.257	52.329
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos com acionistas	14.103	52.175
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(351)	346
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	361	15
No final do exercício	10	361
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(351)	346

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto da operação em descontinuidade e ativos mantidos para venda

1.1. Objetivo social

Em abril de 2024 a Administração da Sociedade decidiu por paralisar por tempo indeterminado as atividades da Fortal Indústria e Comércio S.A. (“Fortal” ou “Sociedade”), anteriormente denominada Formitex da Bahia Indústria e Comércio S.A. possui sede na Via das Torres, S/N, na Cidade de Candeias, Estado da Bahia. Em 2025 após avaliação dos administradores da Sociedade foi decidido pelo encerramento total das operações e a venda dos ativos.

A Sociedade tinha como atividade preponderante a industrialização e distribuição, comercialização, importação, exportação e beneficiamento de resinas sintéticas, termofixas acrílicas, estireno-acrílicas e PVA, produtos químicos, petroquímicas e derivados de petróleo e solventes, produtor e insumos farmacêuticos e agrícolas, aditivos alimentares, saneantes domissanitários, medicamentos, cosméticos, produtos submetidos a controle especial, produtos veterinários e outros produtos químicos em geral, participação em empreendimentos próprios e de terceiros, importação e exportação de matérias primas em geral e a prestação de serviços de administração, assessoria em comércio exterior e gerenciamento, representação comercial de empresas nacionais e/ou estrangeiras.

A operação foi totalmente descontinuada, os ativos imobilizados foram reclassificados para ativos mantidos para venda, com passivos diretamente associados, classificados no passivo no grupo de passivos associados a ativos mantidos para venda. Os resultados foram segregados como resultados de operações descontinuadas, atendendo aos critérios determinados no CPC 31.

1.2. Contexto e descontinuidade

A Fortal foi a primeira fábrica na América Latina a produzir hidroxipropilmetilcelulose “HPMC”.

A planta está instalada na cidade de Candeias/BA, com um parque industrial de 1.000.000 m², situada a 9 km do Porto de Aratu e a 20 km do Polo Petroquímico de Camaçari.

O projeto de constituição da Fortal teve como grande diferencial em relação aos demais fabricantes mundiais, o reaproveitamento de seus efluentes líquidos no seu processo industrial. O HPMC caracteriza-se por ser um espessante e retentor de água utilizado nas argamassas (assentamento de pisos e azulejos) na construção civil.

Além da planta de HPMC, com capacidade projetada de produção de 6.000 ton/ano, o projeto da Fortal também considerou:

- Uma planta de produção de Ácido Clorídrico 33% e Sulfato de Potássio (planta de ACS), com capacidade de produção de 26.000 ton/ano e 20.000 ton/ano, respectivamente;
- Uma planta de produção de Cloreto de Metila com capacidade de produção de 10.000 ton/ano;
- Uma planta de produção de Glicóis, com capacidade de produção de 1.200 ton/ano.

Processo produtivo integrado entre as plantas, sendo:

O Ácido Clorídrico utilizado na produção do Cloreto de Metila.

O Sulfato de Potássio, subproduto oriundo da produção do ácido clorídrico.

O Cloreto de Metila ao final, utilizado na produção do HPMC.

O remanescente da produção desses produtos, ofertado ao mercado Nacional, notadamente o sulfato de potássio fornecido ao agronegócio.

Considerando a alta complexidade do processo produtivo da Fortal, que requer a integração de módulos de produção que produzem insumos finais, que ao final, em conjunto resultam o HPMC, foram necessários longos períodos de implantação e de manutenção que impediram a plena capacidade produtiva da unidade.

A Sociedade apresenta no exercício de 2025 prejuízo líquido de R\$ 37.847, patrimônio líquido negativo de R\$ 132.004 e possui capital circulante líquido negativo de R\$ 14.245.

Em abril de 2024, por conta dos resultados negativos consecutivos nos últimos anos, por conta da entrada de produtos chineses com preços predatórios, e dado a baixa capacidade de produção da unidade de HPMC, os administradores da Fortal decidiram por paralisar suas atividades produtivas.

Serão vendidos os estoques remanescentes de matérias primas, produtos intermediários e acabados.

Em outubro de 2025 a Companhia foi ofertada em leilão administrado pela Sodrê Santoro com lance mínimo de R\$ 300 milhões, sem que houvesse oferta.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Atualmente, os administradores da Sociedade buscam por vender a Companhia ou seus ativos de forma direta ou fracionada por meio de leilão.

2. Políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto a utilização da premissa de continuidade operacional.

Conforme descrito na Nota 1 – Descontinuidade das Operações, a Administração decidiu, em abril de 2024, pela paralisação das atividades operacionais da Companhia, tendo deliberado, no exercício de 2025, pelo encerramento definitivo de suas operações e pela alienação de seus ativos, não existindo, portanto, alternativa realista para a continuidade operacional.

Dessa forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a base de liquidação, a qual reflete a expectativa de realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso do processo de encerramento das atividades da Companhia.

Nessa base, os ativos são apresentados pelos valores que a Administração espera realizar por meio de venda, cessão ou utilização no processo de liquidação, líquidos das despesas estimadas de realização, enquanto os passivos refletem os valores estimados para sua liquidação, incluindo custos diretamente atribuíveis ao processo de encerramento das operações, quando aplicável.

A aplicação da base de liquidação requer o uso de estimativas e julgamentos relevantes por parte da Administração, os quais envolvem, entre outros aspectos, a determinação dos valores realizáveis dos ativos, dos prazos esperados de realização e dos custos necessários para a conclusão do processo de liquidação. Os resultados efetivos poderão diferir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis não devem ser consideradas para fins de avaliação da capacidade futura de geração de resultados ou continuidade operacional da Companhia.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Sociedade em 23 de abril de 2026, considerando, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação.

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle:

- (i) A Sociedade possui um direito presente de pagamento pelo ativo;
- (ii) O cliente possui a titularidade legal do ativo;
- (iii) A Sociedade transferiu a posse física do ativo;
- (iv) O cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo;
- (v) O cliente aceitou o ativo.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Contas a receber de clientes e Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa

As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda esperadas com créditos de liquidações duvidosas.

A Sociedade adotou a mensuração da perda esperadas com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

2.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas: custo de aquisição segundo o custo médio;
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Provisões para perdas de estoques

Para produtos com baixo giro, casos em que o produto ficou sem movimentação durante mais de um ano, são provisionadas perdas nos valores totais dos produtos em estoque, para os produtos com vendas abaixo do custo são provisionadas perdas estimadas de forma a reduzir o valor em estoque do produto, até o mesmo valor do preço de venda líquida de impostos praticados (Valor de realização).

2.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.6. Tributação

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre as vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre as vendas. Ocasões em que os impostos são somados ao valor total da nota, sem destaque em campo específico e sem possibilidade de recuperação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - 3,25% a 5%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 4% a 18%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% e 2,10%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% e 9,65%.

Impostos sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e Contribuição Social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a tributação da Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL na extensão que sejam realizadas na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Em função da parada por tempo indeterminado das atividades, a administração da Sociedade decidiu por não registrar impostos diferidos ativos.

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Empréstimos e financiamentos são sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos “*pro rata temporis*”.

2.8. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Sociedade. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realçados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo, afetado em períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir:

a) Perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas (PECLD)

Perdas por créditos de liquidação duvidosa são reconhecidos como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de clientes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso, e pela curva de arrecadação. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração (Nota Explicativa nº 4).

Abaixo os principais critérios considerados pela Administração na formação das provisões com perdas para créditos de liquidação duvidosa:

Títulos vencidos há mais de 120 (cento e vinte) dias e todos os cheques devolvidos.

Os clientes transferidos para o jurídico que estejam com acordo firmado e em devido cumprimento, não são considerados na base para estimativas de perdas, entretanto, a falta dele acarretará inclusão total de seus títulos na provisão.

De forma conservadora, a Sociedade também considera para o cálculo da PECLD os títulos vencidos há menos de 120 (cento e vinte) dias, de clientes que se enquadram em qualquer um dos critérios acima descritos.

A Sociedade não considera para fins de estimativas de perdas os clientes integrantes do Grupo Formitex.

b) Perdas estimadas de estoque

Perdas estimadas com estoques são reconhecidas como redução dos estoques, para os casos de estoques de produtos com baixo giro ou para produtos em estoques vendidos com preços abaixo do custo.

Para produtos com baixo giro são provisionadas perdas nos valores totais dos produtos em estoque, nos casos em que o produto ficou sem movimentação durante mais de um ano.

Para os produtos com vendas abaixo do custo são provisionadas perdas estimadas de forma a reduzir o valor em estoque do produto, até o mesmo valor do preço de venda líquida de impostos praticada.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de Contribuição Social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro.

d) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração da Sociedade em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Sociedade considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração (Nota nº 16).

2.11. Provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes:

- Ativos: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas, não são provisionados e, tampouco, divulgados.

2.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.13. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Sociedade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com esse ativo.

Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Sociedade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Sociedade incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

2.14. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Sociedade incluem em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), FGTS, férias e 13º salário), vale transporte, assistência médica e odontológica para funcionários e dependentes, seguro de vida, vale alimentação, e refeições durante as jornadas de trabalhos.

2.15. Programa de Participação dos Trabalhadores nos Resultados (PPR) da Sociedade

O presente acordo é firmado com fundamento na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que objetiva a integração entre a Sociedade, os seus empregados e o Sindicato, bem como incentivar a produção, produtividade e a qualidade.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Pronunciamento nº 3 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 3 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Sociedade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Sociedade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- A Sociedade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
-

2.18. Impactos da Reforma Tributária

- Reforma tributária do consumo (LC nº 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e
- Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.
- Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC n° 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets).

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LCs n°s 214/2025 e 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas n°4 sobre PECLD de contas a receber, n° 6 tributos a recuperar e n° 16 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-CAC para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LCs nºs 214/2025 e 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LCs nºs 215/2025 e 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

2.19. Reapresentação de ativos passivos e resultados comparativos

Em abril de 2024 a Administração da Sociedade decidiu por paralisar por tempo indeterminado as atividades da Fortal. Em 2025 após avaliação dos administradores da Sociedade, foi decidido pelo encerramento total das operações e pela venda dos ativos, quando a operação foi totalmente descontinuada.

Os ativos imobilizados foram reclassificados para ativos mantidos para venda, com passivos diretamente associados, classificados no passivo no grupo de passivos associados a ativos mantidos para venda. Os resultados foram segregados como resultados de operações descontinuadas.

Para efeito de comparação os valores apresentados em 2024, de ativos, passivos e resultados, foram reclassificados como operação descontinuada, atendendo aos critérios determinados no CPC 31.

A seguir os valores reapresentados no Balanço Patrimonial (ativo)

Ativo	2024		
	2024	Ajustes	(Reapresentado)
Circulante	13.296	-	13.296
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	251.526	251.526
	-	251.526	251.526
Não circulante			
Depósitos judiciais	221	-	221
Tributos a recuperar	6.269	-	6.269
Imobilizado	248.747	(248.747)	-
Intangível	2.779	(2.779)	-
	258.016	(251.526)	6.490
Total do ativo	271.312	-	271.312

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir os valores reapresentados no Balanço Patrimonial (Passivo)

	2024	Ajustes	2024 (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	10.732	(8.551)	2.181
Fornecedores	73	-	73
Obrigações trabalhistas	3.785	-	3.785
Obrigações tributárias	5.885	-	5.885
Outras contas a pagar	946	-	946
Circulante	21.421	(8.551)	12.870
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda	-	55.888	55.888
	-	55.888	55.888
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	47.337	(47.337)	-
Partes relacionadas	282.889	-	282.889
Provisão para demandas judiciais e administrativas	208	-	208
Obrigações tributárias	8.273	-	8.273
Outras contas a pagar	5.341	-	5.341
	344.048	(47.337)	296.711
Patrimônio líquido	(94.157)	-	(94.157)
Total do passivo e patrimônio líquido	271.312	-	271.312

A seguir os valores reapresentados nas Demonstrações do resultado:

	2024	Ajustes	2024 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15.727	(15.727)	-
(-) Custo das vendas	(49.342)	49.342	-
(=) Prejuízo bruto	(33.615)	33.615	-
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	(8.848)	8.848	-
Outras receitas operacionais, líquidas	(65.387)	65.387	-
	(74.235)	74.235	-
(=) Prejuízo antes do resultado financeiro	(107.850)	107.850	-
(+/-) Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(11.963)	11.963	-
Receitas financeiras	2	(2)	-
Variações cambiais líquidas	21	(21)	-
	(11.940)	11.940	-
(=) Resultado antes das provisões tributárias	(119.790)	119.790	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(3.224)	3.224	-
	(3.224)	3.224	-
(=) Prejuízo do exercício das operações em continuidade	(123.014)	123.014	-
Operações descontinuadas			
Prejuízo de operações descontinuadas	-	(123.014)	(123.014)
	-	(123.014)	(123.014)
(=) Prejuízo do exercício	(123.014)	-	(123.014)

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos (1)	10	361
	<u>10</u>	<u>361</u>

(1) Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

4. Contas a receber de clientes

Descrição	2025	2024
Duplicatas a receber - clientes nacionais	-	15
Duplicatas a receber - partes relacionadas (Nota nº 15 b)	91	594
	<u>91</u>	<u>609</u>

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	2025	2024
A vencer	91	609
	<u>91</u>	<u>609</u>

5. Estoques

Descrição	2025	2024
Importação em andamento	-	464
Matéria-prima	717	2.291
Produtos acabados	12.356	20.329
Materiais diversos	2.097	2.137
Perda estimada na realização dos estoques (1)	(12.657)	(14.664)
	<u>2.513</u>	<u>10.557</u>

(1) Perdas estimadas na realização dos estoques: referem-se aos produtos com vendas abaixo do custo e com giro lento. Para as vendas de produtos com preço de venda praticado abaixo do custo de fabricação, foram constituídas perdas estimadas de forma a reduzir o valor em estoque do produto, até o mesmo valor do preço de realização ou venda líquida de impostos. Para os produtos de baixo giro, foram constituídas provisões de perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Perda estimada na realização dos estoques – movimentação

Descrição	2025	2024
Saldos iniciais	(14.664)	(8.482)
Reversão	2.007	-
Constituição	-	(6.182)
	<u>(12.657)</u>	<u>(14.664)</u>

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
PIS/COFINS (1)	6.623	6.834
Impostos Importações	-	24
IPI	-	14
ICMS	-	114
IRRF	86	-
(-) Provisão p/perda impostos a recuperar (1)	(6.623)	-
	<u>86</u>	<u>6.986</u>
Circulante	86	717
Não circulante	-	6.269

(1) Saldo credor em apurações de PIS e COFINS. Os créditos foram acumulados principalmente pela aquisição de equipamentos industriais e podem ser compensados mensalmente em suas respectivas apurações. Após a paralisação das atividades operacionais, os créditos de PIS COFINS foram considerados como de difícil recuperação.

7. Outros créditos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	538	800
Adiantamentos a funcionários	48	58
	<u>586</u>	<u>858</u>

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Ativos mantidos para venda

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2025	2024
Máquinas e equipamentos	214.311	(15.249)	199.062	198.963
Edifícios	40.561	(1.583)	38.978	38.978
Terrenos	9.250	-	9.250	9.250
Móveis e utensílios	1.095	(597)	498	498
Computadores e periféricos	1.757	(271)	1.486	1.286
Ferramentas	311	(34)	277	277
Peças e conjuntos de reposição	1.579	(1)	1.578	1.578
Veículos	84	(68)	16	16
Imobilizado em andamento	108	-	108	320
Intangíveis (Softwares)	3.333	(554)	2.779	2.779
Impairment de ativos (1)	-	(2.419)	(2.419)	(2.419)
	<u>272.389</u>	<u>(20.776)</u>	<u>251.613</u>	<u>251.526</u>

(1) Em 2024, a Sociedade avaliou seus ativos por valor justo líquido de despesas com vendas, resultando no impairment de R\$ 2.419.

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda

Empréstimos e financiamentos captados para aquisições de ativos imobilizados, classificados como mantidos para vendas:

Modalidade	Encargo	Amortização	Moeda	Vencimento	Garantia	2025	2024
Finame	6,00% a 9,00% a.a. +	Mensal	Real	Jan/26 a Jan/32	Aval+Garantia de eqtos	6.307	7.507
BNDES	6,5% a 9,5% a.a. + TJLP	Mensal	Real	Jan/26 a Dez/31	Aval+Garantia de imóveis	14.505	13.362
FUNDESE	6,95% a 10% a.a.	Mensal	Real	Jan/26 a Set/33	Aval+Garantia de imóveis	36.211	35.214
Leasing	10% a.a.	Mensal	Real	Jan/26 a Set/29	Garantia de eqtos	195	279
(-) Encargos financeiros a apropriar		Mensal	Real	Jan/26 a Set/33	N/A	(420)	(474)
						<u>56.798</u>	<u>55.888</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Amortização	Moeda	Vencimento	Garantia	2025	2024
Capital de Giro	100% CDI + 0,70% am	Mensal	Real	Jan/25 a Dez/25	Aval	-	1.583
Desconto de duplicatas (1)	Variável	Diária	Real	Jan/25 a Mar/25	Aval	-	598
						<u>-</u>	<u>2.181</u>
Total circulante						-	2.181
Total não circulante						-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores - nacionais	462	73
	<u>462</u>	<u>73</u>

A seguir, são demonstrados os saldos de fornecedores por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	107	56
Vencidos	355	17
	<u>462</u>	<u>73</u>

12. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Provisões sociais e encargos	146	275
INSS (1)	11.028	3.483
FGTS	16	27
Outros	2	-
	<u>11.192</u>	<u>3.785</u>

(1) A Administração da Sociedade para efeito de viabilizar o fluxo de caixa, decidiu por atrasar e parcelar, INSS devido parte empresa.

13. Obrigações tributárias

	2025	2024
Parcelamentos Federais (2)	5.331	12.325
Parcelamentos Estaduais (2)	-	33
Parcelamentos Municipais (2)	68	185
IPI a recolher (1)	1.253	462
ISS a recolher	66	56
IRRF a recolher (1)	705	1.030
Contribuições Retidas a recolher	147	-
Outros	2	67
	<u>7.572</u>	<u>14.158</u>
Circulante	3.858	5.885
Não circulante	3.714	8.273

(1) A Administração da Sociedade para efeito de viabilizar o fluxo de caixa, decidiu por atrasar e parcelar, IPI e Imposto de renda retido na fonte de funcionários;

FORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

(2) A Sociedade possui os parcelamentos em andamento conforme abaixo demonstrados:

Nº Parcelamentos	Modalidade	Saldo
02110001200792380932569	Reparcelamento INSS, IRRF	434
02110001201083452302569	Reparcelamento INSS, IRRF e CSRF	311
02110001201221524192554	Parcelamento INSS, IRRF E CSRF	131
02110001201225634922540	Reparcelamento INSS IRRF	872
2110001201283938262569	Parcelamento INSS, IRRF E CSRF	675
14269458	Divida ativa INSS	761
144271037	Divida ativa INSS	116
144271038	Divida ativa INSS	647
14291420	Divida ativa INSS	385
14271039	Divida ativa INSS	999
Subtotal - Parcelamentos Federais		5.331
94986	Parcelamento TFF 00/2023 / TFF 00/20	68
Subtotal - Parcelamentos Municipais		68
Total - Parcelamentos		5.399

14. Outras contas a pagar

Descrição	2025	2024
Energia elétrica	349	235
Consumo de gás	19	51
Adiantamentos de clientes	-	1
Materiais e serviços para manutenção de equipamentos	281	313
Fretes a pagar	42	-
Serviços de segurança patrimonial	117	-
Contas a pagar empréstimos de partes restritas (1)	5.745	5.341
Contas a pagar serviços prestados	427	-
Provisões diversas	999	346
	<u>7.979</u>	<u>6.287</u>
Circulante	2.234	946
Não circulante	5.745	5.341

(1) Empréstimo com parte restrita - Sra. Marli Gusmão dos Santos, possui contrato, corrigido por 0,6% ao mês, e com vencimento indeterminado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição dos saldos de contas correntes - Ativos

	2025	2024
Contas correntes - Passivos		
Formitex Empreendimentos e Participações Ltda. (2)	242.713	242.713
Formitex Empreendimentos e Participações Ltda. (3)	52.386	32.702
Bandeirante Química Ltda. (1)	4.642	4.615
Denver Especialidades Químicas Ltda. (1)	1.413	1.406
Carlos Vicente Nigro (2)	779	779
Alípio José Gusmão dos Santos (2)	674	674
	<u>302.607</u>	<u>282.889</u>

- (1) Possui encargos financeiros de 0,50% a.a., estão suportados por contratos e os vencimentos são indeterminados;
(2) Não possui encargos financeiros e os vencimentos são indeterminados;
(3) Possui encargos financeiros pela variação da SELIC mensal, está suportado por contrato e o vencimento é indeterminado.

b) Saldos patrimoniais

Cientes (Nota Explicativa nº 4)	2025	2024
Denver Especialidades Químicas Ltda.	74	586
Formitex Camaçari Ind. E Com. Ltda.	8	8
Denver Ind. Com. Prods. Químicos Ltda.	9	-
	<u>91</u>	<u>594</u>

c) Outras (despesas) e receitas

	2025	2024
Despesas financeiras com contas correntes e partes restritas (vide nota explicativa 23)		
Bandeirante Química Ltda.	(27)	(19)
Denver Especialidades Químicas Ltda	(7)	(5)
Marli David Gusmão dos Santos	(404)	(376)
Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.	(5.580)	(1.259)
	<u>(6.018)</u>	<u>(1.659)</u>

Despesas financeiras referentes correções de valores em contas correntes e partes restritas, conforme contratos.

d) Remuneração a administradores

A Sociedade não remunerou seus administradores sob nenhuma forma nos exercícios de 2025 e 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

De acordo com o CPC05 (R1) – Apresentação de partes relacionadas, os membros da diretoria executiva não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo-prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

16. Provisão para demandas judiciais e administrativas

Durante o curso normal de seus negócios, a Sociedade está exposta a certos riscos que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão:

	2025	2024
Cíveis	1	-
Contingências trabalhistas	894	208
	<u>895</u>	<u>208</u>

Classificação dos processos

Natureza dos processos	Valores para 2025			
	Total	Provável	Possível	Remoto
Ações Ambientais	1.119	-	1.119	-
Ações Cíveis	2.067	1	1	2.065
Ações Trabalhistas	7.575	894	5.508	1.173
Ações Tributárias	2.678	-	2.678	-
Total	<u>12.320</u>	<u>895</u>	<u>9.306</u>	<u>3.238</u>

Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

Descrição	Valor R\$
Saldo provisão para demandas judiciais e administrativas - dez/23	114
Constituição	94
Saldo provisão para demandas judiciais e administrativas - dez/24	<u>208</u>
Constituição	687
Saldo provisão para demandas judiciais e administrativas - dez/25	<u>895</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Movimentação dos depósitos judiciais

Descrição	Valor (R\$)
Saldo depósitos judiciais - dez/23	93
Constituição	128
Saldo depósitos judiciais - dez/24	221
Constituição	166
Saldo depósitos judiciais - dez/25	387

Ações ambientais

Trata-se de Auto de Infração lavrado, por supostamente (i) causar degradação em área de preservação permanente, (ii) promover o lançamento de efluente líquido fora dos padrões de emissão, que acarretem danos ambientais prejudiciais às atividades econômicas, ao abastecimento público, à dessedentação de animais ou à saúde humana, (iii) deixar aquele que tem obrigação, de dar destinação ambientalmente adequada a produtos, subprodutos, embalagens, resíduos ou substâncias quando assim determinar a lei ou ato normativo, e (iv) promover a disposição inadequada de resíduo sólido classificado como perigoso, causando danos a corpos hídricos, a áreas legalmente protegidas ou à saúde, isolada ou simultaneamente. Valor com risco considerado possível R\$ 1.119.

Ações cíveis

Três processos de ações indenizatórias por suposto esbulho, em que se discutem reintegração de posse. Valor total do risco possível R\$ 1.

Processos trabalhistas

A Sociedade discute 26 (vinte e seis) processos trabalhistas, inclusive onde atua como subsidiária de prestadores de serviços, em discussões de horas extras, diferenças de FGTS, DSR e multas normativas, com risco considerado possível no valor de R\$ 5.508.

Processos tributários

A Sociedade discute execução fiscal ajuizada em 19/12/2019 pelo Município de Camaçari para cobrança de suposto crédito tributário de Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITIV, em razão da transferência do imóvel de inscrição 17982, realizada pela Sociedade com intuito de integralizar o capital social da pessoa jurídica Formitex Camaçari Indústria e Comércio S.A. Valor de risco considerado possível R\$ 2.678.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 225.855, composto por 233.273.089 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, demonstrados a seguir:

	Qt Ações	R\$ - Valor	% - Percentual
Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.	150.527.691	146.767	64,98
Carlos Vicente Nigro	62.657.152	58.768	26,02
Alípio José Gusmão dos Santos	20.088.246	20.320	9,00
	<u>233.273.089</u>	<u>225.855</u>	<u>100</u>

17.2. Reservas de capital

Em 2018 face ao aumento de capital realizado, foi constituído ágio na emissão de novas ações, todas de titularidade do acionista Sr. Carlos Vicente Nigro, no valor de R\$ 44.769.

Em 2020 houve aumento de capital social, gerando deságio na emissão de novas ações, todas de titularidade do Sr. Carlos Vicente Nigro, no montante de (R\$ 4.264).

Em 2021 houve novo aumento de capital pelo acionista Sr. Carlos Vicente Nigro, no valor de R\$ 16.148, gerando um ágio na emissão das novas ações no montante de R\$ 8.165, totalizando as reservas de capital em R\$ 48.670.

18. Cobertura de seguros (não auditado)

Os ativos da Sociedade fazem parte de apólice de seguro patrimonial corporativa, que engloba todas as empresas do Grupo Formitex, com cobertura para edifícios, benfeitorias, maquinário, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas, bem como, lucros cessantes. O valor máximo para indenização é o somatório para todas as empresas do Grupo Formitex.

A Administração da Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

As premissas de risco adotadas, dadas suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Sociedade:

Itens	Tipo de cobertura	Importância seguradora Controladora
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto para dois veículos	110% da tabela FIPE
Complexo industrial/administração e estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas, equipamentos, estoques e lucros cessantes	1.961.238
Responsabilidade civil	Quaisquer danos em estabelecimentos comerciais e ou industriais com poluição e subsidiárias de cargas	25.000

19. Resultado de operações descontinuadas

Em abril de 2024 a Administração da Sociedade decidiu por paralisar por tempo indeterminado as atividades da Fortal. Em 2025 após avaliação dos administradores, foi decidido pelo encerramento total das operações e pela venda dos ativos.

A operação foi totalmente descontinuada, os ativos imobilizados foram reclassificados para ativos mantidos para venda, com passivos diretamente associados, classificados no passivo no grupo de passivos associados a ativos mantidos para venda. Os resultados foram segregados como resultados de operações descontinuadas, atendendo aos critérios determinados no CPC 31:

	2025	2024
Receita operacional líquida	3.528	15.727
(-) Custo das vendas	(14.962)	(49.342)
(-) Despesas administrativas e comerciais	(11.384)	(8.848)
(+/-) Outras despesas operacionais líquidas	(652)	(65.387)
(-) Despesas financeiras	(14.446)	(11.963)
(+) Receitas financeiras	3	2
(+/-) Variações cambiais líquidas	66	21
(-) Imposto de renda e Contribuição social diferidos	-	(3.224)
Prejuízo de operações descontinuadas	(37.847)	(123.014)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Sociedade entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Sociedade, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições.

Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Sociedade procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Sociedade são descritas a seguir:

Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e empréstimos a pagar.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

O valor máximo exposto pela Sociedade ao risco de crédito correspondente ao valor contábil das contas a receber de clientes demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Sociedade são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os vencimentos dos passivos financeiros contratados pela Sociedade estão apresentados na Nota Explicativa nº 10, e incluem o valor do principal e dos juros das operações, calculados utilizando-se as taxas e os índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2025.

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pela Administração da Sociedade demonstra capacidade de cumprimento das obrigações.

Classificação dos instrumentos financeiros

Com exceção dos valores mobiliários, todos os instrumentos financeiros são classificados como “Custo Amortizado”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os valores mobiliários são classificados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e têm os seus ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo reconhecido no resultado.